

Artigos



A LEGITIMAÇÃO DO PODER IMPERIAL E OS PROBLEMAS
SUCESSÓRIOS NOS BREVIÁRIOS DE HISTÓRIA ROMANA
PRODUZIDOS NO IV SÉCULO D.C.

Ana Teresa Marques Gonçalves*
anteresa@terra.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de analisar a questão da legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios, como estes aparecem descritos em dois breviários romanos: *Compêndio de História Romana*, de Flávio Eutrópio, e *História dos Césares*, de Sexto Aurélio Victor, ambos produzidos no IV século d.C.

PALAVRAS-CHAVE: Breviários, Roma, Eutrópio, Aurélio Victor.

Em *The Cambridge History of Classical Literature* (1983), define-se que as obras de Eutrópio e Aurélio Victor podem ser classificadas como compêndios ou breviários da História Romana, um gênero literário muito comum entre os anos de 360 e 370 d.C., e que surgiu para suprir o desconhecimento que muitos senadores e burocratas, originários das províncias, demonstravam ter da História de Roma. Também é digno de nota que os próprios imperadores do período, que freqüentemente viviam nas fronteiras defendendo o *limes* das incursões germânicas, pouco ou nada conheciam dos feitos outrora gloriosos de seus antepassados.

Como enfatiza Arnaldo Momigliano (1983, p. 53), todos os gêneros literários clássicos respondiam a uma situação dada, adequando-se a ela. Enquanto os resumos eram destinados ao grande público, atestando a necessidade de se adaptar o conteúdo de grandes obras às necessidades de novas categorias de leitores que não queriam dispensar boa parte de sua jornada diária à leitura, os compêndios ou breviários ligavam-se principalmente ao antigo modelo historiográfico produzido para atender não só aos interesses dos novos senadores e burocratas, que buscavam pela leitura de uma literatura específica conhecer um pouco mais do passado romano, mas também os imperadores incultos, que eram vistos pela aristocracia como despreparados para assumir o comando imperial,

* Professora de História Antiga e Medieval da Universidade Federal de Goiás.

já que não conheciam os exemplos dados pelos homens importantes do passado (MOMIGLIANO, 1983, p. 37).

Desse modo, na própria criação desse novo gênero historiográfico, tão característico do início da Antigüidade Tardia, vê-se a preocupação dos imperadores em se mostrarem preparados para governar diante das inúmeras expectativas de seus súditos, isto é, percebe-se a necessidade constante do governante de se legitimar no comando imperial. A preocupação com a legitimação da autoridade do imperador se explica também pelos constantes problemas sucessórios que marcaram a História Imperial Romana e que preocuparam os autores das obras aqui analisadas, homens bastante ligados ao centro do poder, apesar de terem-se formado no seio das aristocracias provinciais.

Flávio Eutrópio nasceu na Gália e escreveu sua obra no período em que trabalhava na parte oriental do Império, ocupando o cargo de diretor dos redatores públicos na corte do Imperador Valente. Nos anos 371 e 372 d.C., foi governador da Ásia. Logo após a ascensão do Imperador Teodósio, em 379 d.C. mais precisamente, Eutrópio foi nomeado prefeito pretoriano na Ilíria, cargo público que ocupou até 381 d.C. Chegou a cônsul em 387 d.C., demonstrando sua proximidade com o governante e com os setores senatoriais, visto que o apoio de ambos era imprescindível para a ascensão de um dos *externi* às mais altas magistraturas.

Já Sexto Aurélio Victor nasceu na África, e se apresentou da seguinte maneira em sua obra: “Eis o que deve inspirar mais confiança a todas as gentes virtuosas, e sobretudo a mim, que, nascido no campo de um pobre trabalhador sem instrução, soube até aqui, por causa de estudos sérios, procurar uma existência mais honrosa” (AURÉLIO VICTOR, XX.1).

Ele produziu seu breviário durante o reinado de Constâncio II, provavelmente entre 359 e 360 d.C. Por intermédio da obra de Amiano Marcelino, intitulada *Histórias*, sabemos que ele se encontrava em *Sirmium*, quando essa cidade se rendeu ao Imperador Juliano em 361 d.C.:

Ele [Juliano] mandou a Nice o historiador Aurélio Victor, que havia visto em *Sirmium*, e o nomeou consular da Segunda Panônia. Além disso, a honra de uma estátua de bronze foi concedida a este homem de uma *sobrietates* exemplar, que se viu muito mais tarde tornar-se Prefeito de Roma. (AMIANO MARCELINO, XVII)

Consequindo a simpatia desse imperador, devido à sua grande cultura e à sua defesa do paganismo, foi por ele nomeado governador da

Baixa Panônia, cargo que ocupou até a morte de Juliano em 363 d.C. Victor chegou ao Consulado em 369 d.C., e em 389 d.C. assumiu a função de *Iudex Sacrorum Cognitionum*. Isto é, tornou-se um mandatário que era constituído na hora do litígio pelo autor do crime ou pela vítima, perante o magistrado e na presença do adversário, e que por meio de palavras solenes descrevia o litígio e defendia uma das partes pelo conhecimento que possuía das leis. Victor assumiu tal cargo mediante indicação pessoal do Imperador Teodósio (DECLAREUIL, 1924, p. 360).

Nesse mesmo ano, e também por indicação de Teodósio, Victor assumiu o cargo de *Praefectus Urbi*, ou seja, tornou-se prefeito da cidade de Roma, honra esta só concedida aos membros mais antigos do Senado e normalmente reservada às antigas famílias aristocráticas de Roma. Portanto, podemos concluir que foi uma grande ascensão para alguém que se dizia filho de um *colonus*. Além do mais, o preenchimento da dita honra por um provincial denota a posição extremamente favorável que Victor desempenhava junto aos governantes de sua época. Devemos ressaltar ainda que é possível datar sua passagem pela Prefeitura de Roma graças à existência de uma inscrição encontrada no Fórum de Trajano, que figurava no pedestal de uma estátua do Imperador Teodósio, consagrada durante sua estada em Roma, entre junho e agosto de 389 d.C. Nessa inscrição se encontram listados os cargos ocupados por Victor na ocasião:

Veterum principum elementiam sanctitudinem supergresso d(omino)
n(ostro) Fl(avio) Thodosio pio uictori semper Augusto Sex(tus) Aur(elius)
Victor V(ir) C(larissimus) Vrbi prae(fectus) iudex sacrarum cognitionum
d(euotus) n(umini) m(aiestati) q(ue) e(ius). (CIL., VI, 1186 e ILS, 29345)

Assim, pode-se perceber que os dois autores eram muito ligados às esferas de poder e se preocupavam com as mudanças rápidas de homens no cargo imperial, visto que a ascensão dos funcionários dependia do interesse e da boa vontade dos príncipes. As crises sucessórias, levando à mudança constante de homens no poder, geravam grande angústia naqueles cuja carreira dependia diretamente da indicação e da simpatia dos que chegavam ao comando imperial. Assim, não é de se estranhar que tal tema apareça com grande ênfase na obra desses dois breviaristas.

Desde os primórdios da formação imperial, a passagem do poder de um governante a outro freqüentemente ocasionava situações perigosas para a manutenção do equilíbrio social, político e econômico, no interior do território imperial. Várias crises sucessórias eclodiram ao longo do

tempo, gerando guerras civis que desorganizavam a produção, diminuía o corpo de cidadãos, modificavam as relações estabelecidas entre as cidades imperiais e impediam ou fomentavam mudanças políticas. Segundo Eugène Albertini (1938, p. 38-42), dentro da máquina bem montada do principado acabou faltando algo que exigiria precisão e que foi abandonado ao jogo das circunstâncias: Otávio não fixou uma regra de sucessão ao poder. A designação do príncipe pelo seu antecessor tinha um valor moral, mas não uma eficácia prática, pois podia ser recusada por elementos importantes e ativos do corpo social, abrindo-se um vazio no poder e calando-se qualquer voz de comando; e isto quando o antecessor tinha tempo de designar um herdeiro. O próprio Otávio utilizou mecanismos diversos para indicar seus possíveis herdeiros, como atos de direito privado (casamentos e adoções), designação de títulos honoríficos ou de magistraturas e associação efetiva ao poder. Otávio parecia querer, dessa forma, dissimular a idéia de monarquia, deixando aos romanos a possibilidade de escolher o seu chefe supremo. Sobre a habilidade de cada imperador repousava a chance de manter o poder em sua família e de dar um destino ao regime.

A falta de regras fixas que norteassem a transmissão do poder ocasionou o aparecimento de alguns mecanismos que foram sendo colocados em prática ao longo de todo o período imperial. Foram eles: 1) a associação, na qual o príncipe reinante conferia a seu escolhido títulos e cargos que lhe garantiam uma proeminência moral, militar e política perante outros candidatos ao cargo imperial; 2) a adoção, forma pela qual o governante estabelecia com o seu sucessor um vínculo de parentesco baseado nas antigas tradições romanas, por meio das quais o direito, no que concernia à filiação, tomava mais em consideração o laço religioso do que o de nascimento (COULANGES, 1987, p. 83); 3) a hereditariedade, princípio que nem sempre era proclamado de forma oficial, visto que não agradava à aristocracia romana, pois vinculava o poder a apenas uma família, impedindo a ascensão de outros expoentes senatoriais ao comando imperial. O *Imperium*, como bem público, não poderia ser repartido entre os descendentes do príncipe, como se fazia com outros bens passíveis de serem utilizados como herança. Desse modo, tornava-se necessário legitimar o sucessor por meio de outros argumentos mais fortes e mais aceitos do que a simples vinculação à família ou à pessoa do príncipe reinante.

A partir dessas considerações, acreditamos ser o IV século um momento bastante fecundo para se analisar a problemática concernente

à transmissão do poder imperial, já que a monarquia do Baixo Império dispunha de variados recursos que, segundo as circunstâncias e os homens que alcançavam o poder, foram sendo adotados alternadamente. Além disso, nesse período histórico conviveu-se com os efeitos e as seqüelas da chamada Anarquia Militar, período no qual se externaram a força das legiões na imposição de imperadores e a utilização de princípios divinos advindos de uma crescente influência oriental. Na concepção de Lot (1985, p. 85), por exemplo, deu-se no IV século a transformação do Império de Magistratura, no qual o príncipe não detinha um poder de índole totalmente pessoal, mas sim uma delegação reforçada pela aceitação do Senado, numa monarquia propriamente dita, que foi projetada por Aureliano, iniciada por Diocleciano e completada sob o reinado de Constantino e de seus sucessores.

Dessa forma, o IV e o V séculos foram marcados por tentativas de inovação e de readaptação de mecanismos administrativos e de sucessão, objetivando-se principalmente a estabilização do poder imperial, que garantiria em seu roldão a estabilização da economia e a manutenção do *status quo* social e político da aristocracia senatorial. Devemos lembrar que nesse fértil período histórico verificamos a formulação do sistema da tetrarquia por Diocleciano, a organização do governo cristianizado de Constantino, a ascensão do neo-paganismo de Juliano, a formação da divisão administrativa efetuada por Valentiniano I e Valente, e a cristalização da dinastia teodosiana. Todos esses mecanismos implicavam tentativas de regular a sucessão imperial sob novas bases, garantindo a legitimidade dos novos governantes.

Assim, esse momento histórico aparece como um espaço temporal propício para a reformulação da figura do príncipe, cada vez mais chamado de *Dominus*, e dos dispositivos sucessórios, durante o qual os imperadores e seus *amici e comes* procuraram lançar mão de várias possibilidades que lhes pareciam viáveis para facilitar a condução dos assuntos imperiais. É dentro desse contexto que podemos analisar as idéias dos breviaristas sobre a sucessão imperial. De acordo com Le Goff (1984, p. 36), os autores romanos dos séculos que antecederam a desagregação do Império tiveram a tendência de privilegiar não só o passado em detrimento do presente, mas também os antigos por oposição aos modernos. Valorizaram ainda mais a *antiquitas*, o passado em detrimento do que viam ocorrer no seu tempo.

Os dois autores analisados optaram por propor em suas obras readaptações de dispositivos utilizados no passado, acrescidos ou não de

elementos instituídos no presente, ao invés de indicar novos caminhos a serem trilhados. Como aristocratas provinciais que foram e que tiveram acesso a diversos cargos públicos, eles preferiram veicular valores morais tradicionais, ainda respeitados pela aristocracia senatorial, que muitas vezes ainda se pautava pelos princípios éticos estóicos.

Inferimos que tanto Eutrópio quanto Aurélio Victor, dentre as três alternativas de transmissão do poder que ressaltamos acima, defenderam a utilização dos princípios da adoção e/ou da associação, como mecanismos reguladores da sucessão imperial. Assim, seguiram as permanências estóicas vigentes no IV século, que defendiam a chegada ao poder dos mais aptos, e utilizaram como justificativa para a escolha de tais princípios sucessórios o chamado “Modelo dos Antoninos”, isto é, a prática de passagem do comando imperial executada pela maioria dos membros da dinastia dos Antoninos. De acordo com esse modelo, idealizado a partir do II século d.C., o governante em exercício deveria associar a si ou adotar o melhor e mais capaz dentre todos os homens bons, para que a passagem do poder se desse de forma pacífica e para que o novo imperador pudesse ser automaticamente legitimado por toda a sociedade, que demonstraria dessa forma reconhecer seus valores, suas qualidades e sua capacidade manifesta de bem governar a grande extensão imperial.

Foi sob os Antoninos a última vez que os romanos conseguiram expandir suas fronteiras (lembramos, por exemplo, da guerra dáica travada por Trajano) e deter, de forma minimamente eficaz, incursões de povos estrangeiros em suas fronteiras, como nas várias campanhas empreendidas durante o governo de Marco Aurélio. Além disso, a maioria dos governantes Antoninos, de Nerva a Marco Aurélio, buscaram agir, pelo menos na aparência, não como monarcas de poder ilimitado, mas como os primeiros e melhores cidadãos de Roma. Renunciaram, então, à idéia de um Império hereditário e utilizaram a adoção e a associação como formas de os governantes escolherem como sucessores os jovens mais promissores da aristocracia ou os mais reconhecidos generais de seu tempo (GRANT, 1996, p. 60-79). Dessa maneira, conseguiram manter o apoio dos senadores e das legiões. Foram ajudados pelo fato de nenhum Antonino, até Marco Aurélio, ter filhos legítimos, o que facilitou a prática da adoção entre eles. Entretanto, devemos recordar que o primeiro que teve filhos legítimos, Marco Aurélio, indicou Cômodo, seu filho, como sucessor, deixando de lado a prática da adoção. Porém, tal opção ajudou os autores posteriores a abominarem ainda mais a prática da

hereditariedade, pois o governo de Cômodo, o único dos Antoninos que não foi adotado, foi considerado muito ruim pelos senadores, e assim sua imagem foi cristalizada na memória romana e permaneceu inalterada no IV século.

A aristocracia se sentia mais próxima do poder quando se empregava a adoção e/ou a associação na sucessão imperial, pois aumentavam suas chances de ver seus membros escolhidos para o cargo imperial. No caso de utilização da hereditariedade na construção das dinastias, o poder ficaria restrito a uma única família, alijando todas as outras do centro do poder. Por isso, os aristocratas e os autores vinculados a esse grupo social, como é o caso de Eutrópio e de Aurélio Victor, sempre defenderam de forma enfática os princípios sucessórios da adoção e da associação, atitude que se manteve, como vemos, ao longo do IV século.

Não é à toa, portanto, que Aurélio Victor, quando se refere aos Antoninos, preconiza o exemplo da utilização do princípio sucessório da adoção:

Até aqui alguns romanos e alguns italianos governaram o Império; agora, alguns provinciais vão se tornar Imperadores; e eu não sei se como Tarquínio, o Antigo eles não foram muito melhores que os primeiros. Para mim, após tudo o que eu pude ler e aprender, eu estou intimamente persuadido que a cidade de Roma deve uma grandeza verdadeiramente nova à virtude e aos talentos desses Príncipes de origem provincial. (AURÉLIO VICTOR, XX.7)

Vê-se como Victor usa de modelos de um passado quase imemorial, no distante tempo da realeza que precedeu o advento e a formação do sistema republicano. No caso da citação, trata-se de Tarquínio, o Antigo, um etrusco de origem que teria feito um bom governo, no qual teria construído o primeiro Grande Circo romano, para a realização das corridas de carros (bigas e quadrigas), o primeiro canal de esgoto da capital (a chamada Cloaca Máxima), canais de drenagem para tornar os pântanos habitáveis e acolher os novos habitantes da cidade, novos templos para agradar aos deuses e uma praça pública, com vistas à organização do comércio na cidade e à reunião das assembleias. Assim, os Antoninos, que eram provinciais vindos da Hispânia, são comparados no discurso de Victor a um antigo rei etrusco, que também teria implementado medidas capazes de facilitar a vida dos romanos e cuja virtude no poder teria garantido grandeza à cidade de Roma e ao Império.

De igual maneira, o elogio de Eutrópio a Trajano basta por si só para referendar essa nossa inferência:

O Imperador [Trajano] sobrepujou os outros na glória militar com afabilidade e moderação, mostrando-se igual com todos em Roma e nas províncias; não lesou a senador algum; não praticou nenhuma injustiça para aumentar o fisco; foi generoso para com todos; enriqueceu a todos em público e em particular; e cumulou com honras até os que conhecera com medíocre familiaridade. (EUTRÓPIO, VIII.4)

Trajano teria sido tão bom com os aristocratas que, após sua morte, o Senado aclamava todos os novos príncipes dizendo: “Que sejas mais feliz que Augusto e melhor que Trajano” (EUTRÓPIO, VIII.5). Como demonstraram Joel Le Gall e Marcel Le Glay (1987, p. 414-416), Trajano foi dos governantes antoninos o que soube manter a relação mais harmônica com os senadores, fazendo o Senado agir como um órgão consultivo do governante, e buscou divulgar que encarnava em muitos aspectos a teoria estoíca de governo, que veremos mais adiante. Trajano manteve os privilégios da aristocracia romana na capital e nas províncias e aproveitou várias oportunidades estratégicas para anexar novos territórios ao Império, alargando o *limes* e canalizando múltiplas riquezas para Roma, em geral, e para os aristocratas, em particular. Trajano buscou conduzir o Império respeitando as tradições, com o beneplácito dos senadores e dos legionários. Ele soube retomar uma antiga atmosfera na relação Imperador-Senado, reeditando ações previamente observadas por Otávio, que costumava consultar o Senado em caso de questões importantes, mesmo no que concernia à política estrangeira.

E Trajano, essa fonte de admiração para Eutrópio, um escritor do IV século, havia sido associado ao Império por Nerva, que havia visto nele o melhor governante possível para o Império. Tanto no principado quanto no dominato, a mais elevada honra política pertencia unicamente ao imperador, razão pela qual este deteria sempre a prerrogativa de escolher o seu sucessor. Além disso, o governante deveria sempre ser inspirado pelas divindades, que guiariam seus passos e lhe indicariam o melhor sucessor. Apenas aqueles governantes que se negavam a perceber os sinais emitidos pelas divindades, preferindo indicar seus filhos pura e simplesmente, ao invés de perceber qual homem em todo o Império poderia melhor governar, acabavam sendo sucedidos por maus imperadores.

No IV século, o Senado já havia perdido a prerrogativa de indicar os imperadores. Cabia apenas aos senadores validar a escolha dos imperadores. Por isso, torna-se plenamente compreensível a preocupação dos autores ligados aos aristocratas de indicarem a melhor maneira de se fazer um sucessor aos leitores de suas obras, que, muitas vezes, como vimos, eram os próprios governantes, uma vez que os senadores não detinham mais a possibilidade de forçar o governante a escolher quem eles quisessem para o cargo imperial.

Do mesmo modo, podemos concluir que os pontos de vista expostos nos discursos dos breviaristas encontravam-se inseridos no bojo de uma rearticulação do poder imperial que se operava gradativamente desde a eclosão da Anarquia Militar, no III século. Esse momento era propício para a apresentação de propostas concernentes às possibilidades de sucessão e de legitimação imperial, mesmo que fossem baseadas no resgate de valores tradicionais que caracterizariam uma resistência da aristocracia – pelo menos no plano retórico – em aceitar a consolidação de um modelo monárquico com princípios cada vez mais orientalizantes. Esse modelo produzia um imperador afastado dos dispositivos de controle senatoriais e permeável apenas às influências recebidas daqueles que formavam sua corte.

Eutrópio e Aurélio Victor, ao se guiarem pelo “Modelo dos Antoninos”, acreditavam no retorno da estabilidade sucessória que pareceu haver existido no período em que o império esteve sob a égide dos chamados “cinco bons imperadores”: Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio (WALBANK, 1981, p. 33). Todos os cinco foram descritos pelos dois breviaristas como homens moral e intelectualmente superiores a todos os demais governantes do passado, que deveriam servir de exemplo para os imperadores do IV século. Dessa maneira, para ser considerado um bom governante pelos aristocratas do IV século e poder contar com o seu apoio político, o imperador deveria se guiar por exemplos do passado, que, por sua vez, se guiavam pelos princípios estoicos.

De acordo com os princípios estoicos, que ainda estavam em vigência no IV século, o governante deveria se apresentar não como o senhor, mas como o servo da humanidade, cujo maior dever era trabalhar pelo bem de todos e não em prol de seus próprios interesses. O exercício adequado do poder deveria ser um pesado fardo e não uma gratificação a ser concedida à ambição pessoal de alguns poucos indivíduos. Sendo o imperador o ser responsável pelo estabelecimento do bem-estar dos

cidadãos e pela perpetuação da paz e da ordem no interior das fronteiras, era de sua competência, auxiliado por seus conselheiros, buscar desenvolver mecanismos que proporcionassem o fim de conflitos que poderiam ser detonados diante da possibilidade de sua morte ocorrer sem que já estivesse definido com antecedência o seu virtual sucessor. Para evitar tal fato, o imperador em exercício deveria associar a si o melhor e o mais capaz dentre todos os homens bons, para que o substituísse de forma satisfatória após o seu falecimento, evitando crises gratuitas.

O bom imperador deveria ter, ainda em vida, a possibilidade de testar as qualidades do seu sucessor e o cuidado de proporcionar aos seus súditos uma passagem de poder sem sobressaltos, por intermédio da qual o novo governante se veria rapidamente legitimado, já que seria indicado por um homem também reconhecidamente virtuoso. O sucessor teria sua legitimação facilitada pelo fato de que seria possuidor de múltiplas qualidades e seria reconhecido por todo o corpo social antes mesmo de assumir o poder efetivo, tendo sua autoridade atestada pelo seu antecessor. Deve-se notar que com a aplicação desse artifício, defendido pelos estóicos em geral e pelos breviaristas aqui estudados em particular, os privilégios desfrutados pelos segmentos sociais superiores seriam mantidos, pois os novos imperadores seriam com grande probabilidade egressos de suas fileiras, já que, pelo costume, acreditava-se que a aristocracia era formada pelos melhores homens dentre os bons cidadãos, sendo eles os mais cultos, ricos e preparados moral e culturalmente dentre todos os romanos.

Jean Brun (1986, p. 78-79) enfatiza que os antoninos, principalmente Marco Aurélio, foram grandes defensores dos princípios estóicos em seu tempo. Segundo a tradição literária que é mantida viva por Eutrópio e Aurélio Victor no IV século, os antoninos buscaram adquirir e divulgar, em seus discursos e atos, as virtudes estóicas, como a coragem, a perseverança, o bom senso, a prudência, a temperança, a justiça, a benevolência, a firmeza e a constância, que ajudavam o governante a melhor conduzir os desígnios do Império. Essas qualidades deveriam lapidar o caráter do governante, num momento em que o poder se tornava cada vez mais pessoal, bem como colocar limites às suas ações, pois o bom soberano sentia-se motivado a agir de forma a evitar ser tomado pelo furor das paixões, capazes de cegá-lo e de torná-lo um tirano. Como demonstra Jean Béranger (1973, p. 58), os autores de todo o Império distinguiam e opunham *rex* e *tyrannus*. O primeiro termo simbolizava o soberano que detinha um poder único e pessoal, mas que era justo, sábio

e mestre de suas paixões; o segundo, indicava o governante injusto e escravo de suas paixões. Por isso, não é de se estranhar que, no IV século, Victor compare os príncipes antoninos ao *rex* Tarquínio, o Antigo, como vimos anteriormente, já que o termo *rex* foi sendo reconstruído de forma positiva na memória política romana.

Vemos nas obras de Eutrópio e de Aurélio Victor a distinção entre bom príncipe e tirano se concretizar em diversos momentos da narrativa. Domiciano, por exemplo, é chamado de tirano por Eutrópio (EUTRÓPIO, VIII.1), enquanto Vitélio recebe a mesma denominação na obra de Victor (AURÉLIO VICTOR, XX.18). Já Marco Aurélio é apresentado por Eutrópio como um indivíduo aplicado à filosofia dos estóicos e que era filósofo não somente nos costumes de sua vida, mas também na erudição, o que causava grande admiração a todos ainda quando jovem (EUTRÓPIO, VIII.11). Portanto, ele era um filósofo estóico em tempo integral, externando e cultivando suas virtudes e crenças no âmbito público e na esfera privada. Isto chamou a atenção de Adriano e propiciou a sua escolha para suceder Antonino Pio na direção do Império, o que fomentava o apoio à prática da adoção.

Deve-se também ressaltar que o príncipe sábio não seria somente o cidadão do local em que nasceu, mas também um cidadão do mundo, pois todos os homens, dentro da concepção estóica de governo, deveriam viver unidos sob uma lei comum, como um rebanho guiado por um único pastor. Esse pensamento caía como uma luva para justificar o poder único dos imperadores sobre a vastidão do Império. Da mesma forma, esse pensamento havia se coadunado, no passado republicano, com as práticas expansionistas romanas, bem como havia se relacionado com a formação política do Principado, na qual se estruturou a figura de um único pastor como dirigente de um único rebanho, que se manteve viva até o Baixo Império. Assim sendo, os princípios estóicos atravessaram todo o desenvolvimento político romano, embasando teoricamente as práticas governamentais.

Podemos encontrar ainda outras influências estóicas nos discursos dos breviaristas analisados. Por exemplo, quando Eutrópio enfatiza a “crueldade natural” de Septímio Severo (EUTRÓPIO, VIII.18) ou quando Aurélio Victor afirma: “É impossível evitar a ação do destino, tornando, portanto, a tentativa de se conhecer o futuro supérflua” (AURÉLIO VICTOR, XX.12). Essas duas máximas se coadunavam completamente com os princípios estóicos, que defendiam a existência de uma natureza comportamental humana e de um destino inexorável, imutável pela ação humana.

Numa sociedade em que se acreditava que “as virtudes dos Príncipes reconstroem facilmente os Impérios mesmo abatidos, ao passo que seus vícios precipitam à ruína os Estados mais solidamente consolidados”, como defende Aurélio Victor (AURÉLIO VICTOR, XX. 23), fixar por meio da moral estoíca que a liberdade de escolher entre o bem e o mal constitui uma dignidade humana (MESLIN, 1988, p. 251) torna-se um modo de confirmar a importância das atitudes dos governantes e de enfatizar a necessidade de guiá-las perante a aceitação de normas morais rígidas, sejam elas inicialmente estoícas e posteriormente cristãs. A única garantia de um bom governo era que o governante se comportasse de forma ética.

Na análise de Gonzalo Puente Ojea (1974, p. 165-239), o estoicismo foi responsável por levantar o considerável edifício ideológico do poder imperial, até pelo menos o IV século de nossa era. Transmitia-se uma idéia estoíca de Império, que oferecia a convicção de que a existência dos bens essenciais e dos valores tradicionais dependiam da vigência da ordem imperial, e esta, por sua vez, estava entregue totalmente ao controle dos soberanos. O governante era o *Pater Patriae*, a alma da comunidade, o espelho dos deuses, e como tal deveria se comportar para agradar a aristocracia. Se o soberano único era visto como inevitável para a manutenção da integridade do Império, que, pelo menos, o príncipe tivesse um comportamento digno de suas funções, pregavam os discursos aristocráticos. Para se ter uma noção da força dessas idéias, que foram amplamente divulgadas por todo o Império, e de seu potencial de obstaculizar as ações dos imperadores, devemos lembrar que, durante os governos de Vespasiano e de Domiciano, os pensadores estoícos chegaram a ser perseguidos e expulsos de Roma (PUENTE OJEA, 1974, p. 214-226).

Independente do que tenham podido dizer para manter a moral dependente de suas concepções a respeito da Física, foi para a moral pura que tenderam a maioria dos trabalhos estoícos. A moral estoíca acabou, com o passar do tempo, se reduzindo a alguns princípios simples: não há outro bem que a retidão da vontade, outro mal que o vício; tudo que não é vício nem virtude deve ser indiferente para o homem (AUBENQUE, 1981, p. 170-190). Então, devemos recordar, como afirma Paul Veyne (1988, p. 13), que no mundo romano só se podia ser honradamente governado por um homem que soubesse governar as suas paixões, pois, quando se obedecia a um chefe que era senhor de si próprio, não se obedecia verdadeiramente a um chefe, mas à moral a que o chefe era o primeiro a obedecer. Tal

concepção era a moral dos nobres, dos notáveis, dos que procuravam se instruir.

Como vimos, ambos os autores analisados galgaram vários cargos junto ao governo imperial, chegando a fazer parte da aristocracia romana e ocupando postos de confiança dos próprios imperadores. Por isso, cremos que eles estavam imbuídos dos valores tradicionais romanos, dentre eles os princípios estoicos ainda vigentes no cenário sociopolítico do IV século d.C., e os utilizaram, junto com a defesa do “Modelo dos Antoninos”, para repensar as questões da legitimação do poder imperial e da sucessão do governante, inserindo esses princípios em suas obras, feitas para serem lidas/ouvidas e apreciadas pelos aristocratas e pelos soberanos. Tanto que Eutrópio dedicou o seu *Compêndio* ao Imperador Valente:

De acordo com o desejo de Tua Bondade, reuni sucintamente, numa breve exposição conforme a ordem cronológica, os acontecimentos mais assinalados militares e civis desde a fundação da Cidade até os nossos dias, acrescentando-lhes, outrossim, os feitos que sobressaíram na vida dos maiores, para que a mente divina de Tua Serenidade possa alegrar-se de ter seguido no governo do Império as façanhas dos varões ilustres, antes de os conhecer pela literatura. (EUTRÓPIO, I.1)

Assim, acreditamos que os breviários analisados contêm, além de um emaranhado de fatos dispostos em ordem cronológica, uma mensagem política, pois se constituem em obras educativas compostas por *exempla*. Os modos tradicionais de comportamento eram repertoriados e propostos à imitação dentro de uma abundante literatura dos *exempla*. Os gregos e os romanos citavam comumente eventos passados para justificar uma decisão ou para compelir seus concidadãos à ação. Era comum vê-los admitir que o futuro não seria muito diferente do passado a ponto de tornar inútil uma experiência já concretizada, devendo-se, então, continuar a recolher as lições dadas pelo passado. A descrição de mudanças passadas era vista como suscetível de ajudar a reconhecer condições de aparecimento e a prever as respostas de mudanças similares no futuro (MOMIGLIANO, 1983, p. 87). Os dois breviários analisados transportam, em suas sucintas biografias, mensagens aristocráticas, tendo por público-alvo os próprios aristocratas, burocratas e o governante, em especial.

A principal preocupação dos aristocratas pagãos, como os autores em questão, era manter viva a chama do conhecimento do passado de

Roma, pois da crise do século III haviam emergido novos grupos senatoriais, cujos elementos tinham dificuldade de recordar os fatos mais simples da História Romana. Os novos homens, que, ao chegarem do exército das províncias ou da Germânia, adquiriam poder e riqueza, queriam também conseguir conhecimentos acerca do passado de Roma. Tinham de se mesclar com os membros que sobreviviam da antiga aristocracia senatorial, que acreditavam que o conhecimento da História Romana dava e garantia a própria maneira de ser e de viver. Os *Breviaria* vinham para suprir exatamente essa necessidade, tanto que a obra de Eutrópio foi rapidamente traduzida para o grego por um amigo de Libânio, e ele acabou acumulando uma extraordinária fortuna no Oriente, onde fez carreira política (MOMIGLIANO, 1989, p. 102).

Numa aristocracia que nunca fora destituída de suas terras, que não esquecera suas tradições e que mantivera viva a memória de um passado antiimperial (ANDERSON, 1989, p. 96), antimonárquico em essência, manter a lealdade e a obediência a um príncipe, visto por ela como moralmente virtuoso, era mais fácil do que ter de aceitar sua convivência forçada e baseada na opressão com um homem atordoado pelas paixões e capaz de empreender as maiores desmedidas. Em razão disso, era mais coerente defender algo que cada vez mais era superado pela utilização da hereditariedade na formação das dinastias no Baixo Império: a adoção e/ou a associação, como as melhores maneiras de organizar a sucessão imperial, e, por meio desses princípios sucessórios, garantir a legitimidade e assegurar a autoridade do soberano. Dessa forma, era fundamental a defesa de princípios sucessórios rígidos, de acordo com a moral e com os interesses da aristocracia, para que o soberano conquistasse a legitimidade de seu governo, princípios estes que são apresentados e defendidos nas obras dos dois breviaristas aqui estudados.

THE IMPERIAL POWER LEGITIMATION AND SUCCESSIONAL PROBLEMS IN THE ROMAN HISTORY BRIEVIARIES PRODUCED IN THE IV CENTURY A. D.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to analyse the power imperial legitimation and the successional problems in two roman breviaries produced in the IV century A. D.: the Flavius Eutropius' book and the Sextus Aurelius Victor's book, entitled *Breviary of Roman History* and *History of Caesars*.

KEY WORDS: Breviaries, Roma, Eutropius, Aurelius Victor.

REFERÊNCIAS

- ALBERTINI, Eugène. *L'empire romain*. Paris: Félix Alcan, 1938.
- AMMIEN MARCELLIN. *Histoire*. Traduit par Guy Sabbah. Paris: FDF, 1960.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- AUBENQUE, Pierre. As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo, ceticismo. In: CHATELET, François. *História da filosofia: idéias, doutrinas*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 170-190.
- BÉRANGER, Jean. *Principatus*. Genève: Droz, 1973.
- BIRD, H. W. *Sextus Aurelius Victor: a historiographical study*. London: Francis Cairns, 1984.
- BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Edições Setenta, 1986.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- DECLAREUIL, J. *Rome et l'organisation du droit*. Paris: La Renaissance du Livre, 1924.
- EUTROPIUS, Flavius. *Compêndio de história romana*. Tradução de P. João Ravizza. Niterói: Escolas Salesianas, 1931.
- GRANT, Michael. *The antonines*. London: Routledge, 1996.
- LE GALL, Joel; LE GLAY, Marcel. *L'empire romain*. Paris: PUF, 1987. t. 1.
- LE GOFF, Jacques. Decadência. *Enciclopédia Einaudi*. v. 1. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 305-427.
- LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Setenta, 1985.
- MESLIN, Michel. *L'homme romain*. Paris: Complexe, 1988.
- MOMIGLIANO, Arnaldo et al. *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza Universidad, 1989.
- _____. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.
- PUENTE OJEA, Gonzalo. *Ideologia e historia: el fenómeno estoico en la sociedad antigua*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1974.
- SEXTUS AURELIUS VICTOR. *Histoire des Césars*. Traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- THE CAMBRIDGE HISTORY OF CLASSICAL LITERATURE. *The Later Principate*. London: Cambridge University Press, 1983.
- VEYNE, Paul. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: _____. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Setenta, 1988. p. 3-17.
- WALBANK, F. W. *La pavorosa revolución: la decadencia del Imperio Romano en Occidente*. Madrid: Alianza, 1981.